

Passou à reserva, em 1919 e à reforma, em 1931. Serviu em unidades dos Açores e desempenhou funções na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sendo membro do Conselho de Administração (1915) e administrador mandatado pelo governo.

Aderiu à causa da República ainda estudante, cerca de 1882. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, pelo círculo da Horta, passando de seguida a senador. Presidiu ao Senado e já, em 1913, fora seu vice-presidente. Apresentou à Constituinte um projeto de Constituição.

Acompanhou a dissidência (1911) de Brito Camacho, filiando-se na União Republicana, conhecidos por unionistas. Em 1914, colaborou com o presidente da República, Manuel de Arriaga, seu conterrâneo, na tentativa de provocar eleições para um novo Congresso e para quebrar a preponderância dos democratas. Foi então ministro da Instrução no governo do general Pimenta de Castro, de 28 de janeiro a 14 de março de 1915. Depois do desaire político desta tentativa, cujo governo foi considerado uma ditadura, abandonou a política ativa.

Foi iniciado na Maçonaria em 1911, na loja Livre Exame, com o nome simbólico de *Gomes Freire*, desempenhando cargos de relevo no Grande Oriente Lusitano e presidindo, interinamente, ao Conselho da Ordem, em 1913.

Presidiu à Assembleia Geral da Casa dos Açores, em Lisboa, de 1927 a 1937.

Bibliografia: *Atas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, Lisboa, Assembleia da República, 1986; FORJAZ, Jorge e MENDES, António, *Genealogias das quatro ilhas, Faial, Pico, Flores e Corvo*, Lisboa, Dislivro, Vol. 2.º, título de Medeiros, 2009, p. 1525-1526; MARQUES, A. H. de Oliveira [*et al.*] (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2000, p. 296.

[José Guilherme Reis Leite]

MEDICAMENTOS

No período da I República a problemática dos medicamentos tinha que ver diretamente com questões da natureza técnica e científica e, também, com questões do plano institucional, jurídico e regulamentar. A industrialização do medicamento tornava-se um processo irreversível. A produção manual dos medicamentos, gradualmente, dava lugar à produção em série, embora a consolidação da indústria do medicamento em Portugal se tenha dado, sobretudo, perto de meados do século XX. As repercussões sociais deste processo eram evidentes. As formas farmacêuticas tradicionais da produção artesanal do medicamento iam dando lugar a formas farmacêuticas, declaradamente do meio industrial e cuja vulgarização se encontrava em crescimento. É o caso dos injetáveis e dos comprimidos, duas formas farmacêuticas típicas do mundo industrial. Mas também podemos falar de outras formas farmacêuticas que no início do século se aperfeiçoam e adaptam ao meio industrial – por exemplo, as cápsulas. Até final dos anos 20, as cápsulas, injetáveis, pós efervescentes, granulados, drageias, comprimidos e emulsões constituíam algumas das formas farmacêuticas mais

inovadoras. Eram de uso corrente também em Portugal, a par de outras formas mais tradicionais como as pílulas, as pomadas, os vinhos medicinais, etc. As finalidades terapêuticas eram adequadas ao conhecimento das doenças, sendo administrados medicamentos antitérmicos, tónicos, estimulantes, analgésicos, anestésicos, hipnóticos, hipocinéticos, purgantes diuréticos, antieméticos, antisépticos, desinfetantes, etc. Os designados soros e vacinas constituíam um campo em expansão. Durante a I República, a produção dos medicamentos repartia-se, então, pelas farmácias de oficina que se mantinham fiéis aos critérios produtivos artesanais, pelas farmácias de oficina que se iam industrializando e pelas indústrias farmacêuticas propriamente ditas. Foi surgindo alguma legislação relacionada com a produção medicamentosa, mas também com a importação e exportação de medicamentos e sua comercialização. Aspirava-se a uma regulação do mercado do medicamento, tanto nos aspetos comerciais da venda ao público, como nos aspetos da produção industrial. Em vários periódicos farmacêuticos, estes assuntos são chamados a primeiro plano, sublinhando-se que, em Portugal, pouco se fazia em material de regulação. Várias questões industriais não eram específicas do medicamento, mas havia problemas exclusivos do mundo do medicamento. Uma das questões que se colocava era a de saber se as normas jurídicas já existentes respondiam aos problemas de uma área que se encontrava em transformação profunda. Havia muitas questões a necessitar de resposta jurídica imediata e que eram recorrentemente referidas por farmacêuticos. É o caso da qualidade dos medicamentos produzidos industrialmente, da importação de medicamentos estrangeiros, da concorrência dos produtos estrangeiros face aos produtos portugueses, etc. Nos primeiros anos do século XX, os medicamentos produzidos em indústrias farmacêuticas não tiveram o melhor acolhimento em vários setores farmacêuticos. Desconfiava-se, frequentemente, da qualidade do produto, do seu valor terapêutico, do preço e da venda desses mesmos produtos. Também havia, por parte de muitos agentes, algum ceticismo relativamente à qualidade dos medicamentos estrangeiros. Contudo, a polémica em torno da receção de medicamentos estrangeiros em Portugal e da industrialização do medicamento, em geral, foi-se diluindo. Por outro lado, a publicidade a medicamentos tornava-se uma arte bastante eficiente. As revistas portuguesas credenciadas plasmavam nas suas páginas anúncios de medicamentos estrangeiros, publicitados de modo extremamente ousado. Os argumentos usados na divulgação dos medicamentos, tanto nacionais como estrangeiros, revelam que se trata de um período histórico imediatamente anterior ao surgimento dos grandes grupos terapêuticos medicamentosos. Alguns anúncios tornam-se vulgares nas páginas de muitos periódicos como, por exemplo, a *Carne Líquida do Dr. Valdés* (um tónico reconstituente), o *Depuratól* (para o combate à sífilis), o *Vinho Girard* (para o linfatismo, convalescenças, afeções dos brônquios e tuberculose), o *Fluoroformio* (para pneumonias agudas, tuberculose e tosse), o *Xarope Famel* (para o tratamento das bronquites, tosses e asma), o famoso *Depurativo Dias Amado*, o *Depurativo Vegetal «Duas Torres»*, o *Topico contra a coqueluche*, os famosos *comprimidos Bayer de Aspirina* (para o reumatismo, *influenza*, resfriamentos, dores de cabeça, dores de dentes, nevralgias e cólicas menstruais), a *Inorgueina* (para o tratamento da diabetes), o *Bioquinol* (tónico reconstituente para o tratamento de anemias, clorose, linfatismo, neurostenia e tuberculose), o *Histogenol* (revigorizador), os *Confeitos Géliveau* (para o tratamento da epilepsia e das doenças

nervosas), o *Xarope Gayal* (para a tosse), a *Somatose Líquida* (tónico para crianças), etc. Em 1910, estava em vigor a *Farmacopeia Portuguesa* (1876), obra que pouco tempo depois da sua publicação estava desatualizada, o que não admira, tendo em vista os notáveis avanços que se estavam operando na inovação medicamentosa. Esta obra foi alvo de muitas críticas assentes num argumento recorrente, o facto de ser inconcebível que, num período de enorme transformações científicas e técnicas, a farmacopeia oficial se mantivesse inalterável. Estas críticas eram muito fortes desde finais do século XIX, continuaram durante a I República e apenas tiveram resposta em 1935 com a publicação da *Farmacopeia Portuguesa IV*. É facto que neste período algumas comissões foram nomeadas para a revisão da farmacopeia, mas os seus trabalhos não chegaram a «bom porto», quer por razões de natureza política, quer por razões de natureza socioprofissional.

Bibliografia: PITA, João Rui, «Sanitary normalization in Portugal: pharmacies, pharmacopoeias, medicines and pharmaceutical practices (19th-20th Centuries)», in ABREU, L. (Ed.), *European Health and Social Welfare Policies*, Brno, Brno University of Technology-Vutium Press, 2004, p. 434-453; PITA, João Rui, «Dos manipulados à indústria dos medicamentos: ciência e profissão farmacêutica em Portugal (1836-1921)», in *História ecológico-institucional do corpo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 29-50; PITA, João Rui, PEREIRA, Ana Leonor, «A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea», *Estudos do Século XX*, 2 (2002), p. 231-265.

[João Rui Pita e Ana Leonor Pereira]

MEDICINA E CIRURGIA

Portugal, no primeiro quartel do século XX, absorve e participa na consolidação da revolução científica iniciada no século precedente. Descobertas e inventos científicos, técnicos e tecnológicos, decorrentes do progresso de diferentes ramos do saber, estiveram subjacentes a essa evolução. Importa recuar aos primórdios das investigações que lhe estiveram subjacentes para melhor se compreenderem as transformações que lhe sucederam e cujas repercussões tiveram uma influência direta na saúde pública. Na Europa, até aos finais do século XVIII, havia uma uniformidade de conhecimentos científicos assegurada, fundamentalmente, pela utilização de uma língua comum e pela difusão da imprensa. No século XIX, as diferenças começaram a sentir-se nos diferentes países, por razões políticas e fruto das condições locais existentes, mais ou menos favoráveis ao progresso técnico ou à influência de grandes personalidades. Assiste-se a um progresso exponencial das ciências médicas na sequência do desenvolvimento de todos os domínios do conhecimento. Os avanços de umas catapultaram o progresso de outras e mutuamente perpetuaram essas influências.

A Histologia foi uma das disciplinas em que assistimos a esse desenvolvimento. Esta ciência viria a ter como missão a compreensão dos mecanismos celulares da vida. Coube a Marie-François-Xavier Bichat (1771-1802) o mérito da individualização dos tecidos, descoberta que constituiu uma das bases da Histologia Moderna e que fazem

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M



FICHA TÉCNICA

Titulo Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira,

Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, abril 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (F-M)	11
Índices	1115
Índice de textos.....	1117
Índice de autores.....	1123
Índice de entidades.....	1127
Índice de publicações periódicas.....	1143
Índice geográfico	1153
Índice onomástico	1159